



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

PROCURADORIA DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

Rio de Janeiro, 15 de maio de 2019.

Parecer n° 24/2019-MCA

Processo: E-07/002.106246/2018

Manifestação da Procuradoria do INEA. Licenciamento ambiental de atividade sem significativo impacto ambiental. Intervenção na Zona de Uso Sustentável da APA Federal Bacia do Rio São João e na Zona de Amortecimento da Reserva Biológica União. Resposta do ICMBio contrária ao licenciamento. Licença Prévia e de Instalação (LPI) concedida em 23/10/2017. Recomendação n° 07/2018 do Ministério Público Federal para cancelamento da LPI e elaboração de novo processo de licenciamento com manifestação do ICMBio. Manifestação do órgão gestor via *ciência*. Necessidade de justificar a concessão da LPI diante de eventuais questões técnicas do ICMBio.

I. BREVE RELATÓRIO

Trata-se de solicitação da Diretoria de Licenciamento Ambiental (Dilam) para que analisemos o teor da Recomendação do Ministério Público Federal n° 07, de 30 de outubro de 2018, proveniente da Procuradoria da República no Município de Macaé/RJ - 1° Ofício Criminal e de Tutela Coletiva. O documento do *Parquet* recomenda que o Inea tome as providências para cancelar a Licença Prévia e de Instalação (LPI) concedida em 23/10/2017

inea instituto estadual
do ambiente

SEAS Secretaria de
Estado do
Ambiente e
Sustentabilidade



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
VAMOS VIRAR O JOGO



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

à empresa Areal Mangiúma Mineradora LTDA, devendo ser feito novo licenciamento com a manifestação do ICMBio.

Conforme Parecer Técnico da Dilam no processo administrativo E-07/002.4233/13 (fls. 270/282), a atividade da empresa foi enquadrada como de *Impacto Alto – Classe 5A*, com fundamento nas Resoluções Inea nº 52 e 53 e no Decreto 44.820/2014 (Sistema de Licenciamento Ambiental – SLAM do Estado do Rio de Janeiro).

Imperioso ressaltar, porém, que a Comissão Estadual de Controle Ambiental (CECA), considerando a natureza, localização, porte e demais peculiaridades do empreendimento, entendeu não ser hipótese de “instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente” (art. 225, § 1º, IV, da CF/88). Portanto, com fundamento no art. 2º, § 1º, da Lei Estadual nº 6.373/12 (dispõe sobre os critérios gerais para licenciamento ambiental de extração de bens minerais de utilização imediata na construção civil), foi editada a Deliberação CECA nº 6.069/2017 para determinar apresentação de Plano de Controle Ambiental (PCA) e Projeto de Recuperação da Área Degradada (PRAD).

No entanto, cabe consignar que houve entendimento exarado por esta Procuradoria, em novembro de 2018, que entendeu pela necessidade, em um caso de concessão de LPI para atividade de extração mineral também na APA Bacia do Rio São João, de manifestação autorizativa (*vinculante*) do ICMBio. Trata-se do Parecer TMD nº 70/2018, que recomendou, no caso do licenciamento ambiental da empresa Mineradora Silva Jardim LTDA, a adaptação da atividade às medidas indicadas pelo ICMBio no sentido de conformá-la aos objetivos e plano de manejo da UC federal.

É o relato do indispensável. Passemos às considerações pertinentes.

II. FUNDAMENTAÇÃO

2.1 – Das Considerações Iniciais

Em uma análise do processo administrativo E-07/002.4233/13, verifica-se que houve duas manifestações do ICMBio contrárias à concessão da licença ambiental para a empresa

inea instituto estadual
do ambiente

SEAS

Secretaria de
Estado do
Ambiente e
Sustentabilidade



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
VAMOS VIRAR O JOGO



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

Areal Mangiúma Mineradora LTDA. Contudo, a primeira manifestação, de junho de 2013, não apresentou qualquer fundamento de ordem técnica, se limitando a dizer que o empreendimento, por apresentar planejamento de localização dentro de APA federal, deveria aguardar a conclusão das análises feitas pelo órgão e eventual emissão da respectiva *autorização*. A segunda manifestação, de junho de 2017, informa que o empreendimento já havia sido objeto de análise, com autorização negada. Solicita, também, que o Inea entre em contato com a Coordenação Regional do ICMBio CR8 para obter maiores informações sobre o andamento da análise, eis que a empresa havia interposto recursos contra a decisão denegatória do órgão federal.

Considerando que não há elementos de ordem técnica nos autos para justificar a negativa do ICMBio, logo a Recomendação nº 07/2018 do MPF deve ser entendida como um documento que requer análise sobre dois assuntos: (i) efeito vinculante ou não da manifestação do ICMBio diante de licenciamento de atividade que não tem significativo impacto ambiental; e (ii) efeito vinculante ou não da manifestação do ICMBio diante de eventual conclusão técnica sobre a impossibilidade de licenciar tal atividade, mesmo que essa conclusão não conste expressamente no plano de manejo da APA federal.

Essa dupla análise é justificada não só pela ausência de justificativa técnica do ICMBio nos autos do p.a. E-07/002.4233/13, como também pelo fato de a recomendação do MPF estar genérica. Com efeito, a Recomendação nº 07/2018 apenas se limita a solicitar o cancelamento da LPI e que seja feito novo processo de licenciamento com a manifestação do ICMBio, sendo que houve duas manifestações do órgão federal, conforme dito acima.

2.2 – Efeito da manifestação do ICMBio diante de licenciamento de atividade que não tem significativo impacto ambiental

Conforme mencionado no Relatório acima, a atividade da empresa foi enquadrada como de *Impacto Alto – Classe 5A*. Contudo, a CECA, considerando a natureza, localização, porte e demais peculiaridades do empreendimento, entendeu não ser hipótese de “instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de *significativa* degradação do meio ambiente” (art. 225, § 1º, IV, da CF/88). Portanto, com fundamento no art. 2º, § 1º, da

inea instituto estadual
do ambiente

SEAS Secretaria de
Estado do
Ambiente e
Sustentabilidade



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
VAMOS VIRAR O JOGO



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

Lei nº 6.373/12, foi editada a Deliberação CECA nº 6.069/2017 para determinar apresentação de Plano de Controle Ambiental (PCA) e Projeto de Recuperação da Área Degradada (PRAD).

Assim, em relação ao tipo de manifestação que deveria ser apresentada pelo ICMBio é, de fato, por meio de *ciência*, e não de autorização, com fundamento no art. 5º, I e II, da Resolução Conama nº 428/2010:

Art. 5º Nos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos **não sujeitos a EIA/RIMA** o órgão ambiental licenciador deverá **dar ciência** ao órgão responsável pela administração da UC, quando o empreendimento:

I – puder causar impacto direto em UC;

II – estiver localizado na sua ZA;

(...) (Grifou-se)

Ademais, sobre o *efeito* da manifestação via ciência, o art. 29 da Instrução Normativa nº 07/2014 do ICMBio estabelece o seguinte:

Art. 29. Contribuições técnicas produzidas pelo Instituto Chico Mendes em casos de ciência **não terão caráter vinculante**. (Grifou-se)

Além das previsões legais, para aprofundamento da matéria, vale transcrever as seguintes conclusões do Parecer RD nº 03/2008, da lavra do Procurador do Estado Rafael Lima Daudt d'Oliveira, aprovado pelo Subprocurador-Geral do Estado à época Rodrigo Tostes de Alencar Mascarenhas:

(...)

(v) a partir do entendimento firmado pelo c. STF, que tem efeito vinculante, depreende-se que a compensação somente terá lugar em casos nos quais seja exigido o EIA/RIMA e que, neste, **fique demonstrada a existência de impactos significativos e efetivos do empreendimento**. Assim, deve o órgão ambiental reconhecer, com base em estudo prévio de impacto ambiental, a existência ou inexistência de significativo impacto ambiental;

(vi) quando a compensação for exigida, também será a autorização do órgão gestor, desde que o empreendimento possa afetar unidade de conservação ou sua zona de amortecimento, vez que o parágrafo 3º, do art. 36, deve ser interpretado em consonância com o disposto no *caput*, até porque se reporta expressamente ao "licenciamento previsto no caput", o qual, por sua vez,





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

caracteriza-se e qualifica-se como "licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental";

(vii) assim, a autorização do órgão gestor mencionada só será exigível quando: (a) **ficar demonstrada a existência de impactos ambientais significativos e efetivos, constatação esta que cabe ao órgão ambiental com fundamento no EIA/RIMA**; e, além disso, (b) **o empreendimento afetar unidade de conservação específica ou sua zona de amortecimento**;

(...) (Grifou-se)

Portanto, é evidente o efeito *não vinculante* da manifestação do ICMBio na hipótese de licenciamento de atividades que não são potencialmente causadoras de *significativa* degradação do meio ambiente, ou seja, aquelas não sujeitas a EIA/RIMA. Feita essa primeira análise, passemos ao próximo tópico, que trata da matéria mais sensível do presente processo.

2.3 – Efeito da manifestação do ICMBio diante de eventual conclusão técnica sobre a impossibilidade de licenciar atividade sem significativo impacto ambiental, mesmo que essa conclusão não conste expressamente em plano de manejo

Conforme dito nas Considerações Iniciais, não há elementos de ordem técnica disponíveis nos autos que justifiquem a negativa do ICMBio quanto ao licenciamento ambiental da empresa Areal Mangiúma Mineradora LTDA.

Na hipótese de a negativa do ICMBio se fundamentar apenas no entendimento de que é requisito do licenciamento a *autorização* do órgão federal, porquanto se trata de atividade sujeita a EIA/RIMA prevista no art. 2º, IX, da Resolução CONAMA nº 001/86, bem como no art. 1º, IX, da Lei Estadual nº 1.356/88, esse entendimento não merece prosperar.

Com efeito, além dos argumentos trazidos no tópico anterior, vale mencionar o Parecer nº 12/2019 – VMC – ASJUR/SEAS, da lavra do Coordenador da Assessoria Jurídica Especializada em Direito Ambiental da SEAS, Vinícius Monte Custodio, que concluiu pela inexistência de óbices jurídicos à expedição de LPI na hipótese de licenciamento ambiental com base na Lei Estadual nº 6.373/2012. Além disso, importante transcrever trecho do

inea instituto estadual
do ambiente

SEAS

Secretaria de
Estado do
Ambiente e
Sustentabilidade



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
VAMOS VIRAR O JOGO



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

documento em relação à possibilidade de se exigir outra modalidade de avaliação de impacto ambiental quando não for o caso de EIA/RIMA:

Se o empreendedor da atividade potencialmente poluidora desincumbir-se do ônus de demonstrar a insignificância do impacto da obra ou da atividade que pretende instalar, ou mesmo se isso defluir de parecer técnico da própria Administração Pública, faltarão o pressuposto jurídico ou fático para a exigência do estudo prévio de impacto ambiental (...) **Nada obsta a que a Administração Pública, em contrapartida, diante desse cenário, exija outra(s) modalidade(s) idônea(s) de avaliação de impacto ambiental (...)** (Grifou-se)

Portanto, com fundamento no art. 2º, § 1º, da Lei nº 6.373/12, foi editada a Deliberação CECA nº 6.069/2017 para determinar, ao invés de EIA/RIMA (por não se tratar de atividade de *significativo* impacto ambiental), apresentação de Plano de Controle Ambiental (PCA) e Projeto de Recuperação da Área Degradada (PRAD).

É importante ressaltar que, apesar de a Lei 6.373/12 utilizar o vocábulo "dispensa", o mesmo deve ser interpretado como "inexigibilidade". Conforme Parecer nº 05/2001 – VCP, da lavra do Procurador do Estado Vittorio Constantino Provenza, aprovado pelo então Procurador Geral do Estado Francesco Conte, existe grande diferença entre dispensa de EIA/RIMA e constatação de que determinada obra ou atividade não é causadora de significativo impacto ambiental (ou seja, hipótese de inexigibilidade):

Uma coisa é *dispensar* pura e simplesmente (o que poderia ser feito mesmo diante de uma obra ou atividade *potencialmente causadora de significativa degradação ambiental* – segundo dicção do inciso IV do art. 225 da CF), e outra, bem diferente é a **constatação motivada (parecer técnico da FEEMA) afirmando que, na hipótese em concreto, inexistente obra ou atividade *potencialmente causadora de significativa degradação ambiental*.**

Desrespeita a vontade do legislador constituinte tanto dispensar o EIA nos casos de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação ambiental, assim como exigir, por mera burocracia, EIA onde constatar-se que a obra ou a atividade não é *potencialmente causadora de significativa degradação ambiental*. (Grifos do original).





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

Nesse contexto, vale citar o seguinte julgado do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, que teve oportunidade de enfrentar litígio envolvendo inexigibilidade de EIA/RIMA para atividade de extração mineral:

AMBIENTAL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LIMINAR DEFERIDA NO SENTIDO DE SUSPENDER ATIVIDADE MINERADORA. SENTENÇA. APELAÇÕES RECEBIDAS EM DUPLO EFEITO. MANUTENÇÃO DA SUSPENSÃO. REFORMA DA DECISÃO SINGULAR. INEXIGIBILIDADE DE LICENÇA AMBIENTAL MEDIANTE EIA/RIMA. AUSÊNCIA DE DEGRADAÇÃO AMBIENTAL. RISCO GRAVE À SOBREVIVÊNCIA DA EMPRESA.

1. Caso em que o Julgador singular, em ação civil pública, determinou, no corpo da sentença, a suspensão das atividades da empresa agravante, pertencente ao ramo de exploração de jazida mineral (granito).

2. **Informações colhidas junto ao Coordenador de Meio Ambiente do IDEMA, órgão estadual de meio ambiente, no sentido que não há exigibilidade de que todos os empreendimentos envolvendo a atividade de extração mineral sejam licenciados mediante apresentação de EIA/RIMA, apenas aqueles capazes de causar significativa degradação ambiental, o que não se constata no caso da empresa agravante.**

3. Juntada, pela agravante, de cópia de contrato de prestação de serviço para fins de licenciamento ambiental, com o objetivo da elaboração de Relatório de Controle Ambiental (RCA), Plano de Controle Ambiental (PCA) e Consultoria, acompanhamento e gestão junto ao órgão ambiental para emissão da licença RLO, para atendimento da sentença que determinou a suspensão da atividade mineradora, até a concessão de nova Licença Ambiental, expedida pelo IDEMA.

4. Por ora, justifica-se a reforma da decisão "a quo" até julgamento definitivo da ação dada a ausência de motivos que justifiquem a paralisação do empreendimento de exploração mineral, agravado pelos riscos inerentes à sobrevivência da empresa.

5. Agravo de instrumento provido.

(Agravo de Instrumento nº 115036/RN (processo 0005814-31.2011.4.05.0000, Desembargador Federal Bruno Leonardo Câmara Carrá (Convocado), Terceira Turma, Julgamento: 22/09/2011, DJe 30/09/2011) (Grifou-se)

Em relação às regras do Plano de Manejo da APA do Rio São João, vale mencionar o Parecer RAO nº 21/2015 (fls. 154/159 do p.a. E-07/002.4233/13). Esse documento conclui pela inexistência de proibição, no Plano de Manejo da APA, da extração mineral em cava úmida dentro dos limites da unidade de conservação. Segundo o parecer, a proibição que existe no Plano de Manejo, na realidade, é de extração *irregular* de recursos minerais.

inea instituto estadual
do ambiente

SEAS

Secretaria de
Estado do
Ambiente e
Sustentabilidade



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
VAMOS VIRAR O JOGO



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

Considerando que o corpo técnico do órgão licenciador avaliou os impactos da atividade (Parecer Técnico de Licença Prévia e de Instalação nº 22/17 – fls. 270/282 do processo E-07/002.4233/13), tendo concedido LPI, e considerando a exigência, *in casu*, de Plano de Controle Ambiental (PCA) e Projeto de Recuperação da Área Degradada (PRAD), não há como concluir que se está diante de extração *irregular* de recursos minerais.

No que tange ao Plano de Manejo da Reserva Biológica União, documento de maio de 2008, o item 10.2 do Resumo Executivo estabelece o seguinte:

4. – Normas gerais para a Zona de Amortecimento

A Zona de Amortecimento da Reserva Biológica União, conforme descrita no Encarte 2 (item 2.1.1), estará sujeita as seguintes normas gerais, conforme descrita no item:

(...)

Toda atividade passível de impacto ambiental deverá ser licenciada pelo órgão ambiental competente, **mediante autorização do IBAMA**, com a participação de técnicos da RB.

(...) (Grifou-se)

No entanto, essa regra do PM da Rebio União, tendo sido editada anteriormente à Resolução Conama nº 428/2010 e à Instrução Normativa nº 07/2014 do ICMBio, atualmente deve ser lida como exigente de autorização apenas nos casos de licenciamento ambiental para atividade que demande EIA/RIMA, e não mais para “toda atividade passível de impacto ambiental”. Interpretar essa regra de forma literal, além de contrariar as normas posteriores, poderia até resultar no absurdo de entender que o *Ibama* seria o órgão competente para expedir uma autorização em todos os casos de licenciamento de atividades localizadas na zona de amortecimento da Rebio União.

Apesar de todo o exposto até este ponto, vale ponderar em relação a um eventual entendimento técnico do ICMBio no sentido da impossibilidade do licenciamento. Diz-se *eventual* porque, como dito acima, não existe qualquer embasamento técnico disponível nos autos que justifique as duas manifestações negativas do órgão federal.

O Parecer nº 002/2016-CCSF (reproduzido às fls. 195/222 do p.a. E-07/002.4233/13), aprovado pelo então Subprocurador-Geral do Estado Rodrigo Tostes de Alencar



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

Mascarenhas, conclui que o licenciamento ambiental se dá perante um único ente federativo, inobstante a necessidade de colheita da *autorização vinculante* do órgão gestor da UC a ser *efetiva e significativamente* afetada pela atividade a ser licenciada.

O presente caso não é hipótese que se subsume a essa conclusão, conforme mostrado acima. No entanto, em caso muito semelhante, houve entendimento exarado por esta Procuradoria no sentido da necessidade de *autorização* do ICMBio para atividade de extração mineral na Zona de Uso Sustentável da APA Bacia do Rio São João.

Trata-se do Parecer TMD nº 70/2018, que entendeu pela necessidade de autorização no caso do licenciamento da empresa Mineradora Silva Jardim LTDA, para a qual foi concedida LPI (ou seja, assim como o presente caso, também houve constatação da área técnica de *inexistência* de significativo impacto ambiental). Vale transcrever o seguinte trecho do parecer:

Em outras palavras: o entendimento da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro (PGE-RJ), a qual se subordina a Procuradoria do INEA, é no sentido de que é necessária a autorização, de caráter vinculante, do órgão gestor da unidade de conservação sempre que o impacto ambiental da atividade seja efetivo e significativo, bem como afete a unidade de conservação – este é o caso tratado nos autos deste processo administrativo.

Isto porque, *apesar de não ter apresentado o EIA-Rima durante o processo de licenciamento ambiental*, tal fato se deu por conta de dispensa normativa. A **Lei Estadual n. 1.356/88** havia positivado a obrigação de apresentação de EIA-Rima para atividade de exploração de minério, mas a **Lei Estadual n. 6.373/12** dispensou tal obrigação para os bens minerais de utilização imediata na construção civil – *o que não descaracteriza o significativo impacto ocasionado pelo exercício da atividade*. (Sublinhado e negrito do original e itálico nosso).

Em que pese o Parecer TMD nº 70/2018 concluir que o licenciamento da Mineradora Silva Jardim LTDA é hipótese de atividade com impacto ambiental *significativo*, esse não foi o entendimento da área técnica. Isso porque, ao concluir pela possibilidade de conceder a LPI, a área técnica entendeu não ser uma atividade de significativo impacto, a qual demandaria EIA/RIMA.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

Com efeito, essa é a interpretação que se extrai a partir da leitura dos seguintes dispositivos da Constituição Federal (art. 225, IV), da Resolução CONAMA 237/97 (art. 3º, *caput* e parágrafo único) e do Decreto Estadual nº 44.820/14 (art. 9º):

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

(...)

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de **significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental**, a que se dará publicidade;

(...)

Art. 3º- A licença ambiental para empreendimentos e atividades consideradas **efetiva ou potencialmente causadoras de significativa degradação do meio dependerá de prévio estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto sobre o meio ambiente (EIA/RIMA)**, ao qual dar-se-á publicidade, garantida a realização de audiências públicas, quando couber, de acordo com a regulamentação.

Parágrafo único. O órgão ambiental competente, verificando que a atividade ou empreendimento **não é potencialmente causador de significativa degradação do meio ambiente, definirá os estudos ambientais pertinentes ao respectivo processo de licenciamento.**

Art. 9º **A Licença Prévia e de Instalação (LPI)** é concedida antes de iniciar-se a implantação do empreendimento ou atividade e o órgão ambiental, em uma única fase, atesta a viabilidade ambiental e autoriza a implantação de empreendimentos ou atividades; **nos casos em que a análise de viabilidade ambiental não depender da elaboração de EIA-RIMA ou RAS**, estabelecendo as condições e medidas de controle ambiental.

Diante das previsões legais, conclui-se que o Parecer TMD nº 70/2018 não seguiu o entendimento consolidado pela Procuradoria Geral do Estado no sentido de se exigir *autorização* apenas nos casos de licenciamento de obra ou atividade potencialmente causadora de *significativa* degradação do meio ambiente, hipóteses essas que demandam EIA/RIMA e não passíveis de obter LPI.

No entanto, como dito exaustivamente ao longo deste parecer, não há qualquer material técnico proveniente do ICMBio nos autos do processo de licenciamento da empresa



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

Areal Mangiúma Mineradora LTDA. Assim, não há como saber se a negativa do órgão federal está embasada apenas no art. 2º, IX, da Resolução CONAMA nº 001/86, bem como no art. 1º, IX, da Lei Estadual nº 1.356/88, entendendo automaticamente se tratar de hipótese de *autorização*; ou se a negativa se deu por questões técnicas semelhantes ao licenciamento da empresa Mineradora Silva Jardim LTDA, conforme mencionado no Parecer TMD nº 70/2018:

Além disso, existem manifestações técnicas desde o ano de 2014, inclusive em sede recursal na escala hierárquica do ICM-Bio, no sentido de inadmitir a atividade de mineração em cava submersa no interior desta UC. Isto porque a atividade em questão tem o potencial de deteriorar a qualidade das águas subterrâneas e superficiais; promove alterações na química da água contida nas lagoas; produz ambientes incapazes de sustentar um ecossistema aquático; ademais, as alternativas apontadas para a remediação do passivo ambiental possuem baixa viabilidade e seu exercício promove a fragmentação e perda de habitat; bem como contribui para o assoreamento dos corpos hídricos e inundações.

Neste parecer técnico, foi informado também que grande parte das jazidas ocorre às margens dos rios que formam o Reservatório de Juturnaíba, manancial que abastece uma população residente estimada em 450 mil habitantes distribuída em oito municípios da Região dos Lagos do Rio de Janeiro. Dessa forma, a atividade teria o potencial de ameaçar a segurança hídrica regional.

Conclui ao registrar que o plano de manejo veda a prática de atividade que acarrete a degradação da qualidade ambiental e dos recursos hídricos, como a mineração em cava submersa. Está em desacordo também com os objetivos de criação da UC a referida atividade. Sugere que seja adotada a prática de **mineração em cava seca**, que ocasiona menores impactos e seus danos podem ser remediados. São, portanto, desfavoráveis à emissão de licença ambiental nesses termos. Foram feitas ainda recomendações de ordem técnica. (Grifou-se).

Considerando que a atividade ora analisada também foi licenciada para se instalar na Zona de Uso Sustentável da APA da Bacia do Rio São João e também prevê a utilização do método de extração em cava úmida, entendemos ser necessário perquirir eventual parecer técnico do ICMBio que embase a negativa do órgão gestor da UC.

Na hipótese de existir fundamentação técnica para o presente caso, entendemos ser necessário motivar expressamente a posição do corpo técnico do Inea, com o objetivo de



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

justificar a concessão da LPI diante de questões levantadas pelo ICMBio. Contudo, entendemos que, se oficializada a motivação para concessão da licença ambiental diante da manifestação técnica do órgão federal, isso será suficiente para o regular andamento do processo. Com efeito, a ausência de *significativo* impacto ambiental, conjugada com argumentos técnicos que demonstrem a improcedência da posição do órgão gestor, confirmaria e justificaria a hipótese de *ciência* (manifestação não vinculante) do ICMBio.

Diante do exposto, entendemos que a Recomendação nº 07/2018 do MPF precisa ser respondida com a motivação expressa do Inea sobre eventuais questões técnicas levantadas pelo ICMBio no âmbito do processo de licenciamento E-07/002.4233/13.

III. CONCLUSÃO

Pelo exposto, conclui-se que:

- (i) O tipo de manifestação que deve ser apresentada pelo ICMBio é, de fato, por meio de *ciência* (caráter não vinculante), e não de autorização, com fundamento no art. 5º, I e II, da Resolução Conama nº 428/2010 c/c o art. 29 da Instrução Normativa nº 07/2014 do ICMBio;
- (ii) O corpo técnico do órgão licenciador avaliou os impactos da atividade, tendo concedido LPI, e exigiu Plano de Controle Ambiental (PCA) e Projeto de Recuperação da Área Degradada (PRAD), não sendo possível concluir que se está diante de extração *irregular* de recursos minerais, hipótese vedada pelo Plano de Manejo da APA da Bacia do Rio São João;
- (iii) Não há qualquer material técnico proveniente do ICMBio disponível nos autos do processo de licenciamento da empresa Areal Mangiúma Mineradora LTDA;
- (iv) No entanto, o Parecer TMD nº 70/2018 entendeu pela necessidade de *autorização* em processo semelhante de licenciamento, qual seja, o da empresa Mineradora Silva Jardim LTDA, para a qual também foi concedida LPI. É necessário, diante das questões técnicas trazidas nesse parecer de 2018,



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

perquirir se existem justificativas técnicas do ICMBio que embasem a negativa do órgão gestor no presente caso;

- (v) Vale ressaltar, porém, que o Parecer TMD nº 70/2018 está contrário à posição consolidada da PGE (Parecer RD nº 03/2008 e Parecer nº 002/2016-CCSF) sobre exigência de autorização do órgão gestor de UC apenas nos casos de licenciamento de atividades de *significativo* impacto ambiental, as quais demandam EIA/RIMA;
- (vi) Na hipótese de existir fundamentação técnica, entendemos ser necessário que o corpo técnico do Inea motive expressamente sua posição, com o objetivo de justificar a concessão da LPI diante de questões levantadas pelo ICMBio;
- (vii) Entendemos, com fundamento na posição consolidada da PGE, que, caso oficializada a motivação para concessão da licença ambiental diante da manifestação técnica do órgão federal, isso será suficiente para o regular andamento do processo, porquanto a ausência de significativo impacto ambiental, conjugada com argumentos técnicos que refutem a posição do órgão gestor, confirmaria e justificaria a hipótese de *ciência* (manifestação não vinculante) do ICMBio;
- (viii) A Recomendação nº 07/2018 do MPF precisa ser respondida com a motivação expressa do Inea sobre eventuais questões técnicas levantadas pelo ICMBio no âmbito do processo de licenciamento E-07/002.4233/13;
- (ix) Por fim, cumpre ressaltar que "os pareceres emitidos pela Procuradoria do INEA não vincularão o órgão consulente, que poderá deles discordar, desde que declare expressamente os motivos determinantes da decisão contrária" (Art. 33 do Decreto Estadual 46.619/2019).

É o parecer que submeto à apreciação de V.Sa., s.m.j.

Mateus de C. Almeida
Mateus de Castro Almeida

Assessor Jurídico / ID: 5099103-5
GEDAM / Procuradoria do INEA

inea instituto estadual
do ambiente

SEAS

Secretaria de
Estado do
Ambiente e
Sustentabilidade



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
VAMOS VIRAR O JOGO

Processo n. E-07/002.106246/2018

Data: 19/11/2018 Fls.

Rubrica

ID:



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

inea instituto estadual
do ambiente

SEAS Secretaria de
Estado do
Ambiente e
Sustentabilidade



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
VAMOS VIRAR O JOGO

Avenida Venezuela, 110 – Praça Mauá – Rio de Janeiro - RJ- CEP: 20081-312 - Tel.: 2332-4604
www.inea.rj.gov.br

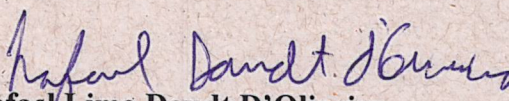


GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

VISTO

1. Aprovo o Parecer nº 24/2019-MCA, da lavra do Dr. Mateus de Castro Almeida, referente ao Processo Administrativo nº E-07/002.106246/2018;
2. À Dilam, em prosseguimento.

Rio de Janeiro, 22 de maio de 2019


Rafael Lima Daudt D'Oliveira
Procurador do Estado
Procurador-Chefe do INEA
ID Funcional: 42666058



